



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MEMÓRIAS TRANSOCEÂNICAS E TRAJETÓRIA DE UMA REDE FAMILIAR AFROBRASILEIRA

Luís Cláudio de Oliveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Memória Social

www.memoriasocial.pro.br

Este texto reveste-se de um registro inicial sobre minha pesquisa de tese, em andamento, no âmbito do PPGMS – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que tem como palavras-chave **família, espaço e memória afrodescendente**.

O principal objetivo é o de investigar como e em que parâmetros o movimento de afirmação da memória familiar de afro-descendentes contribui para fundamentar um sistema de reconhecimento espacial e distinção simbólica em face dos demais grupos étnicos no Brasil, e qual é o escopo e as possíveis consequências no forjamento de um novo *ethos* do “sujeito” negro brasileiro.

O estudo visa construir um corpo teórico para a reflexão que se estende desde quando tive a oportunidade de estabelecer vínculos duradouros com uma rede familiar afro-brasileira, no interior do estado do Rio de Janeiro.

Ao curso de uma pesquisa empreendida pelo então Instituto de Terras e Cartografia do estado do Rio de Janeiro, que, dentre outras finalidades, pressupunha a identificação de “comunidades remanescentes dos quilombos”, tornei a avistar-me com integrantes da rede familiar Bernardo-Glória-Faustino, com os quais busquei alimentar suspeitas que dessem sentido a mais um relatório confirmativo da indicação de uma nova comunidade com o perfil procurado. Entretanto, frustrada aquela expectativa, uma outra, exclusivamente acadêmica, conduziu-me à observação dos costumes e da dinâmica interacional da “família BGF”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Imbuído, então, do interesse em coletar material para pesquisa sobre famílias negras, passei a acompanhar os acontecimentos nos quais evolui o sentimento de pertença daquela rede familiar. Celebrações de aniversários e casamentos, funerais dos parentes, conversas informais em momentos de descontração e, mais especialmente nos últimos três anos, reuniões com o fito de preparar os “encontros da família”, executados anualmente. Na observação da experiência dessa rede familiar protagonizada por descendentes de escravos, abriu-se um novo cenário em cujos atores dos quais eu me tornara próximo revelavam uma situação imensamente interessante para os estudos antropológicos de referência sobre família, memória, patrimônio material e imaterial e territorialidade.

É importante destacar que um dos temas de interesse focal que se vem tratando na literatura sobre comunidades negras tradicionais, diz respeito aos chamados “quilombos contemporâneos”, movimentos crescentemente politizados, orientados para a defesa da permanência nas terras secularmente ocupadas por grupos que resistiram ao escravismo.

Entretanto, uma variável importante desse contexto das comunidades tradicionais tem merecido menor destaque tanto como lócus de políticas de *ação afirmativa*, como objeto de investigação científica. Tratam-se das estratégias utilizadas pelos indivíduos que coabitaram a *casa grande* e a *senzala* (FREYRE, 1998) para a sua continuidade individual e familiar, expressas na reconstrução e manutenção dos laços parentais e do espaço territorial, durante e depois da abolição.

Sobre esse tema no espaço acadêmico, de um lado, como aponta Rocha (2006), estão os estudos publicados pela chamada "Escola Paulista de Sociologia" (Bastide, 1971; Fernandes, 1965; Costa, 1966; e Cardoso, 1962) que em geral procuram destacar a natureza opressiva, violenta da empresa escravista no Brasil, revelando que a sua principal herança teria sido a ruptura absoluta das referências positivas de família para o ex-cativo. Isto é, a experiência precedente do escravismo luso nas colônias em África (atuais *Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau*), e mais sofisticadamente reproduzido na América, teria levado a adoção de práticas de segregação dos laços de identidade parental e/ou tribal no intuito de reduzir ou eliminar



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

a resistência ao cativo. Essa desestruturação teria corroborado um meio de dominação eficaz para impedir a possibilidade de rearticulação e transmissão dos valores afetivos indispensáveis à construção de uma visão solidária entre indivíduo e família.

A este quadro de ausência de auto-estima somava-se o fato de que os descendentes de africanos eram preteridos ao trabalhador estrangeiro, o imigrante, no mercado de trabalho capitalista em formação. Nestes casos, convergem os sociólogos da USP que o destino mais provável desses indivíduos era compor o “rebotelho ou fezes sociais”, a “matula desenfreada”, as “classes perigosas” e demais denominações desse tipo largamente usadas por homens públicos como Olavo Bilac e Rui Barbosa para se referirem aos pretos e mestiços moradores do bairro da Saúde, organizadores dos distúrbios analisados por Carvalho (1997) em estudo sobre a “Revolta da Vacina”, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro do início do século XX.

Por outro lado, contrapõe Rocha (2006), os estudos sobre família escrava no Brasil, orientados por métodos demográficos, demonstram, de modo geral, que a partilha de bens efetivada no post-mortem dos senhores escravagistas gerava tensão não só para os herdeiros como também para as escravarias. A autora enfatiza que

“no momento de dividir os bens de um finado senhor, fazia-se necessário atentar para as ligações familiares existentes entre os escravos a serem partilhados, a fim de evitar as separações que poderiam ser seguidas de atos de rebeldia ou melancolia como, por exemplo, as fugas e os suicídios” (Rocha, 2006, p. 16)

Sugere a autora que mesmo antes dos marcos regulatórios de 1850 – duplo marco da proibição legal do tráfico interatlântico de escravos e da regulamentação da propriedade rural – da “Lei do Ventre Livre” de 1871, quando fica legalmente proibida a separação de famílias (casais e filhos menores de 12 anos), já havia uma tendência por parte dos senhores e seus herdeiros em manter os laços parentais de suas escravarias, inclusive com o incentivo do casamento católico, em nome do controle dos cativos.

De qualquer forma, com o esfacelamento total ou parcial dos laços parentais, uma questão permanece enturvada para as duas visões acima indicadas. Com o fim jurídico do tráfico escravista e a quase imediata reordenação territorial precipitada pela



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“Lei de Terras”, a criação de novas redes familiares de afrodescendentes no período subsequente parece indiscutível.

Nos estudos elaborados por Silva (2009) sobre a mobilidade territorial de “libertos e afrodescendentes no pós-abolição (1888/1930)” evidencia-se que a migração é fenômeno de grande intensidade, principalmente no campo, mas também como êxodo em direção às cidades. O nomadismo em geral da população brasileira constituiu-se numa prática recorrente a toda parte no Brasil desde o período colonial, acentuando-se no Império e permanecendo no pós-abolição, de natureza ainda que sazonal, porém permanente.

Apoiando-se em Wissenbach (1998), Soares (1994) e Costa (1996), Silva (2009) identifica que para além da busca de trabalho para a sobrevivência, fatores como a fuga do alistamento militar para a frente de batalha na guerra do Paraguai e o desejo de afastar-se do lugar onde fora cativo, e “esquecer” dos maus tratos impingidos pelo poder senhorial, fizeram com que a migração tenha se transformado numa forte opção para a construção de uma vida nova (SILVA, 2009, p.6). Então, é de indagar-se: no percurso da história pós-abolição da escravatura, as famílias que migraram não só da fazenda escravista deslegitimada, mas também dos “territórios quilombolas”, como procederam aos novos arranjos sóciopolíticos e familiares, nas pequenas cidades – como Rio Claro – ou nos grandes centros urbanos? Como dialogam esses novos arranjos com a sociedade abrangente e moderna?

Marcelin (1999) nota que os estudos sobre família em geral são concebidos numa visão positivista, em que se tenta enquadrar as possibilidades outras de dinâmica de organização familiar no modelo clássico que tem como eixo a estrutura patriarcal. Nessa concepção dominante do conceito de família e parentesco, os elementos que a caracterizam jurídica e politicamente são transformados em normas culturais e igualmente em “guias analíticos de pesquisa” (MARCELIN, 1999, p.1), também extensivos às famílias populares. O autor indica que

“uma concepção miserabilista das classes populares, traduzida em uma abordagem que faz de suas organizações familiares uma mera variável da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

estrutura socioeconômica e transforma esses agentes familiares em seres incapazes de produzir um mundo e habitá-lo simbolicamente” (MARCELIN,1999, p. 1).

Nessa perspectiva epistemológica o caminho trilhado para a produção de conhecimento sobre as especificidades aqui referidas fica estreito. Como o situa Marcelin (MARCELIN,1999, p.32), “as pesquisas orientam-se no sentido de identificar e estudar as estratégias de adaptação e a anomia da família trabalhadora (ou operária) e da família negra”.

Portanto, desenvolver estudos que contemplem outros formatos de organização de redes familiares, extraídos da experiência peculiar do escravismo e suas consequências para a continuidade da transmissão dos valores advindos dessa trajetória identitária, constitui um desafio estimulante.

Num esforço de categorização preliminar, arbitrei três tipos estruturantes de redes familiares afrodescendentes. Primeiramente estão as *redes familiares constituídas onde foram a elas doadas terras de seus senhores, portanto na mesma propriedade, onde estas passaram a viver de uma economia agropecuária de subsistência*; num segundo tipo estão as *redes familiares oriundas de arranchamentos ou aquilombamentos precedentes ao “treze de maio”, possivelmente voltadas também para uma relação visceral, embora não tão somente, com a terra ocupada*; no terceiro tipo estão as *redes familiares estruturadas a partir do lugar de convergência migratória dos grupos que, no período imediatamente posterior à entrada em vigência da Lei Áurea, permaneceram nas grandes propriedades, porém na condição de colonos até a consolidação das leis trabalhistas impor novas relações de trabalho no campo*.

O terceiro tipo é destacadamente aquele para o qual volto maior atenção, por concentrar o material que venho recolhendo desde as primeiras reflexões estimuladas com o trabalho na esfera das comunidades quilombolas. O arcabouço prático que qualifica a iniciativa dessa investigação em curso se exprime nas observações



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

registradas durante o acompanhamento e participação em diferentes ações implementadas tanto por organismos estatais como pelo movimento social junto a esses “quilombos contemporâneos”.

Ainda à luz da Constituição de outubro de 1988 tem se discutido as questões que caracterizam esses territórios e suas comunidades, presentes em várias unidades da federação. Mas a polêmica sobre a aplicabilidade do Art. 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 segue até o presente. Ela tem sido alimentada e robustecida pela disputa política entre os movimentos quilombolas e os segmentos que representam os interesses dos grandes proprietários de terra. Assim, é basicamente através dos artigos constitucionais 215 e 216, relacionados a assuntos estritamente culturais, e do Art. 68º/ADCT que os descendentes de quilombolas tem sido reconhecidos enquanto “patrimônio cultural” da nação, e tem assegurado, automaticamente, o direito possessório das terras ocupadas por seus ascendentes.

Mais particularmente no início da atual década, no estado Rio de Janeiro, através do seu Instituto de Terras e Cartografia, teve lugar uma experiência singular no esforço de caracterizar territórios historicamente ocupados por comunidades negras tradicionais, que em muito contribuiu para as análises aqui expostas. No bojo de um projeto de modernização institucional do ITERJ, tive a oportunidade de coordenar um projeto junto a comunidades identificadas pelos órgãos do governo como remanescentes dos quilombos, nas diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro: Bracuí, em Angra dos Reis; Campinho da Independência, em Parati; Rasa, em Buzios; Fazenda Caveiras, que abrange os municípios de São Pedro d’Aldeia e Cabo Frio; Sant’Anna, em Quatis; e São José da Serra, em Vassouras.

Durante os anos de 2000 a 2002 foram realizadas várias incursões nessas comunidades, nas quais foi possível (con) viver com os problemas e demandas dos seus moradores, assim como perceber em suas narrativas angústias e expectativas comuns, que vieram a ser reencontradas recentemente em Preto Forro, comunidade igualmente



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

localizada na área rural, na cidade de Cabo Frio, no contexto de um projeto desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia Social/RJ, subcontratado à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social - SEPPIR, durante os anos de 2006 e 2007, sob minha coordenação executiva.

Entretanto, foi no desenvolvimento de pesquisa de campo nos municípios de Piraí e Paty do Alferes, ambos no Rio de Janeiro, que a equipe do projeto ITERJ, cuja tarefa era a sondagem sobre a existência de outras duas comunidades referidas pelas populações locais, “Cachoeira” (Piraí) e “Manoel Congo” (Paty do Alferes), viu descortinarem-se duas intrigantes situações.

Na primeira, a comunidade remanescente do quilombo Manoel Congo, que teria sido originada de uma rebelião na fazenda Maravilha em meados do século XIX, já “não existe”, mas o poder público local mantém vivas as referências do evento como parte da identidade regional. Na segunda situação, a comunidade quilombola Cachoeira transformou-se num grupo familiar extenso, porém separado geograficamente no mesmo local de origem, atualmente o bairro Arrozal.

Durante o processo de transformações históricas da comunidade da Fazenda Cachoeira, a maior parte das terras foi vendida ou apropriada por ação de grileiros. Aqueles que resistiram, e ainda mantêm, portanto, vínculo direto com a terra, vivem, hoje, em estado de acentuada precariedade, afastados fisicamente uns dos outros devido a interposição nos limites de suas propriedades de inúmeros loteamentos. Contudo, sobrevive a memória pessoal, expressa nas suas narrativas sobre “os acontecimentos vividos pessoalmente”, somados àqueles “vividos por tabela”, como refere Pollak (1992, p. 201), que envolveram antepassados no cativo e a permanência das famílias naquelas terras. É esta “memória subterrânea” (POLLACK, 1989, p.3) que mantém, silenciosa, porém, continuamente, os laços de identidade do grupo frente às profundas transformações advindas com o desenvolvimento sociodemográfico da região.

No que relaciona à área onde supostamente haveria a comunidade negra de Manoel Congo, uma realidade muito interessante também corrobora a ineficiência do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

essencialismo espacial. Em boa parte de Paty do Alferes, pequena cidade localizada na região do sudoeste fluminense, é notável a existência de uma memória histórica referente a um quilombo formado no final do ano de 1838, nas matas que cercavam a cidade, e que fora fundado por escravos fugidos da fazenda Maravilha, liderados pelo escravo Manoel Congo, como descrito em estudo organizado por Pinaud (1987) sobre esses acontecimentos.

Assim como os moradores mais antigos do atual bairro Maravilha, também os órgãos de educação, cultura e planejamento urbano da administração municipal local, ninguém soube, à época da pesquisa referida, informar sobre a existência de comunidade com características que pudessem relacioná-la ao quilombo Manoel Congo.

Então, o que remanesceu? As narrativas populares dos habitantes mais antigos da cidade levaram a administração municipal a se engajar num trabalho de cunho artístico e cultural, inclusive homenageando o escravo com busto em praça pública, que tenta reconstituir a saga de Manoel Congo, com o auxílio da história oral e dos documentos da historiografia referente ao tempo do Império. Neste caso, o quilombo foi destruído em menos de oito meses, mas, como em Fazenda Cachoeira, a experiência quilombola transpôs o tempo cronológico e adquiriu a simbologia própria dos mitos, através da qual a cidade mergulha no seu passado histórico para preencher a identidade cultural das gerações futuras.

Diferentemente do que se passa com a comunidade de Fazenda Cachoeira, em Paty do Alferes não há mais o sentido de comunidade remanescente para os descendentes dos escravos da antiga fazenda Maravilha ou dos que sobreviveram à repressão do Estado. Os que remanesceram se amalgamaram às comunidades do entorno, e estas, por seu turno, foram forçadas a os assimilar, transformando o que um dia foi a história da luta pela sobrevivência de um grupo de negros escravizados, na história de uma cidade, de um país.

Esses aprendizados foram aguçando o pesquisador e instigando a reflexão sobre quais seriam as ligas que unem as famílias negras contemporâneas àquelas que se viram



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

forçadas a reconstruir-se no pós-abolição. Que heranças iluminam a memória das redes familiares afrodescendentes, hoje, e que mecanismos são acionados para a continuidade de suas características identitárias? Quais são os aspectos singulares do processo de “reterritorialização” de ex-escravos e o lugar da memória na organização familiar afrodescendente no período pós-emancipatório? Quais os possíveis significados do empreendimento de famílias afro-brasileiras na organização de associações familiares? Onde se destaca a noção de ancestralidade e patrimônio imaterial no contexto das práticas religiosas transmitidas em âmbito intergeracional de famílias afrodescendentes? Será possível dimensionar experiências históricas de arranjos familiares e os seus desdobramentos com vistas à manutenção dos laços parentais e da ocupação territorial? Enfim, quais seriam as confluências entre as dinâmicas de organização de comunidades remanescentes de quilombos e de famílias extensas afro-descendentes, e quais as possíveis relações no vicejo de memórias sociais?

É na busca de elementos que permitam compor uma base teórica para pensar essas questões que resolvi aprofundar o convívio com o grupo familiar da cidade de Rio Claro, que se encontra, hoje, num recorte espaço-temporal de forte remissão ao passado.

Referências Bibliográficas

PINAUD, João Luiz et al. *Insurreição negra e justiça: Paty de Alferes, 1838*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura-OAB, 1987.

BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

BRITO, Walter Gualberto de. *Memórias de uma família negra brasileira - Os inquilinos da casa amarela*, Thesaurus, 1ª edição, 2006, 200 p.

CARVALHO, José Murilo de. (1997) *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras.

DUARTE, Luiz F. D. & GOMES, E. C. *Três Famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, 316 p.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998, 34ª edição, pág. 372.

_____. Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GIL, A C. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo: Ática, 1990.

ITERJ, NUSEG/UERJ – ADI. Relatório Técnico. Regularização Fundiária e Urbanística: diretrizes para o desenvolvimento integrado. Proposta 78/00 – PPTE. RJ, maio/2001.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987. 222 p.

LAPORTA, Giselda Nicolelis. O Sol da Liberdade, Ed. Saraiva, 23ª edição, 2004, 160 p.

LEWIS, Oscar. Antropologia de La Pobreza: cinco famílias. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

LIMA, Maria Antonia P. de. Grandes famílias, grandes empresas: ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

MARCELIN, H. Louis. A Linguagem da Casa Entre os Negros no Recôncavo Baiano, MANA 5(2): 31-60, Rio de Janeiro, 1999.

MARTINS, Heloisa H. T. de S., Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MOURA, Clóvis. *Quilombos*: resistência ao escravismo. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

NORA, Pierre. Entre a Memória e História: A problemática dos lugares”. Trad. Yara Aun Houry. In: Projeto História. São Paulo: dez

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX. Rev. Bras. Hist. vol.26, nº.52, São Paulo Dec. 2006.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SALEM, Tânia. Família em camadas médias: uma revisão da literatura recente. Boletim do Museu Nacional, n. 54, p. 1 – 29, 1985.

SARTI, Cynthia. A. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. (Orgs.). Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

SILVA, Dimas S. da. Apontamentos para compreender a criação e regulamentação do Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. NUER. Fundação Cultural Palmares. V. 1, n. 1. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1997.

SILVA. Lucia H. O. Emergindo do silêncio: libertos e afro-descendentes no pós-abolição (1888/1930), 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 13 – 15 de maio, 2009 – Curitiba.

SLENES, Robert W. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. *População e família*. São Paulo: Cedhal, v.1, n.1, p.9-82, 1998.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.72.

WOORTMANN, Ellen. F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. Anuário antropológico 80, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.